



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – S.8



Processo nº: 30.887/12
Apenso nº: 054.001.062/11 (2 volumes)
Jurisdicionada: Polícia Militar do Distrito Federal - PMDF
Assunto: Tomada de Contas Especial - TCE
Órgão Técnico: Secretaria de Contas - SECONT
MP: Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA
Sessão: Pauta nº 52, S.O. nº 4973, de 1.8.2017
Publicação: DODF nº 144, de 28.7.2017, pág. 52

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades decorrentes da percepção indevida de ajuda de custo e de indenização de transporte pagas a servidor militar para a participação no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, realizado na cidade de João Pessoa/PB, no período de 26.2 a 21.12.2007.

O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas.

NO TRIBUNAL foi determinada a citação do servidor militar (Decisão nº 2.588/14-CPM). Apresentação de alegações de defesa.

Procedência parcial da resposta oferecida, irregularidade das contas, cientificação do responsável para recolher o valor do débito e aplicação da pena de inabilitação para exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Distrital (Decisão nº 2.045/15-CPM e Acórdãos nºs 231/15 e 232/15).

Interposição de Recurso de Reconsideração. Procedência parcial (Decisão nº 3.996/16-CMM e Acórdão nº 543/16).

Solicitação de parcelamento do débito. Deferimento parcial, autorizando o desconto no valor correspondente a 10% da remuneração do militar (Decisão nº 1.237/17-CPM).

Documentação informando a implementação do desconto em folha.

PARECERES CONVERGENTES: determinação para acompanhamento do desconto efetivado e arquivamento dos autos.



VOTO de acordo com os Pareceres.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades decorrentes da percepção indevida de ajuda de custo e de indenização de transporte pagas ao Tenente Coronel MARCUS ROGÉRIO DE CASTRO PEREIRA DA SILVA para a participação no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, realizado na cidade de João Pessoa/PB, no período de 26.2 a 21.12.2007.

2. Efetuadas as apurações devidas, a Comissão Tomadora apontou um prejuízo de R\$ 23.000,90 (valor original) pelo qual responsabilizou o referido servidor militar (Relatório nº 104/12-DISIM/SUTCE/STC, fls. 324/327 do processo apenso).

3. O Controle Interno atestou a irregularidade das contas, conforme Certificado de Auditoria nº 025/13 – CONTROLADORIA (fl. 347 do processo apenso).

4. No Tribunal foi determinada a citação do beneficiário do pagamento indevido (Decisão nº 2.588/14-CPM, fl. 29).

5. Devidamente comunicado, o Tenente Coronel MARCUS ROGÉRIO DE CASTRO PEREIRA DA SILVA (beneficiário do pagamento indevido) apresentou as alegações de defesa de fls. 34/47, acompanhadas dos documentos de fls. 48/56.

6. A resposta oferecida foi examinada na Sessão de 21.5.2015, ocasião em que a Corte exarou a Decisão nº 2.045/15 (fl. 91), **in verbis**:

DECISÃO Nº 2.045/15-CPM

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos documentos de fls. 48/56 e da defesa de fls. 34/47, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente; II – julgar irregulares as contas do militar MARCUS ROGÉRIO DE CASTRO PEREIRA DA SILVA, com fundamento no art. 17, inciso III, alíneas “b” e “d”, da LC nº 01/94, notificando-o, com fulcro no art. 26 da referida Lei Complementar, para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher o débito que lhe fora imputado, no valor de R\$ 68.692,90, em 3.2.2015 (fl. 58), referente ao recebimento indevido de vantagem pecuniária a título de indenização de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – s.8



transporte para participação em curso de aperfeiçoamento no ano de 2007, na cidade de João Pessoa/PB; III – aplicar ao Maj. QOPM MARCUS ROGÉRIO DE CASTRO PEREIRA DA SILVA a pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração do Distrito Federal, pelo período de 5 (cinco) anos; IV – aprovar, expedir e mandar publicar os acórdãos apresentados pelo Relator; V – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências cabíveis.

Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, ANILCÉIA MACHADO, INÁCIO MAGALHÃES FILHO e PAIVA MARTINS. Participou a representante do MPJTCDF Procuradora MÁRCIA FARIAS. Ausente o Conselheiro PAULO TADEU.”

7. Em decorrência do decidido, foram expedidos os Acórdãos nºs 231/15 e 232/15 (fls. 92/93).

8. Irresignado, o servidor militar interpôs o Recurso de Reconsideração de fls. 94/104.

9. O apelo foi parcialmente provido para excluir o inciso III da Decisão nº 2.045/15-CPM e tornar insubsistente o Acórdão nº 232/15 (Decisão nº 3.996/16-CMM, fl. 199).

10. Ato contínuo, a Corte autorizou, atendendo parcialmente o pedido do beneficiário do pagamento indevido, o parcelamento do débito no valor referente a 10% de sua remuneração (Decisão nº 1.237/17-CPM, fl. 223).

11. Posteriormente, o Diretor de Pagamento de Pessoal e Previdência da Corporação, por meio do Ofício nº 1.697/DPPP, comunicou a implementação dos descontos nos vencimentos do inativo (fls. 228/229).

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

12. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 98/17 – SECONT/DICONT1 (fls. 232/233), de 12.5.2017, analisa a matéria nos termos seguintes:

“Tratam os autos de tomada de contas especial instaurada para apurar prejuízo causado ao erário decorrente de percepção



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – S.8



indevida de valores a título de ajuda de custo e indenização de transporte pelo militar Marcus Rogério de Castro Pereira da Silva, por ocasião do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, realizado na cidade de João Pessoa/PB, no período de 26/2 a 21/12/07.

2. *O militar teve suas contas julgadas irregulares, com imputação de débito e aplicação da penalidade de inabilitação mediante a Decisão nº 2045/15 (fl. 91). Posteriormente, o valor do prejuízo foi reduzido diante do provimento parcial de recurso do responsável, nos termos da Decisão nº 3996/16 (fl. 199).*

3. *Em última assentada, a Corte, pela Decisão nº 1237/17 (fl. 223), assim se manifestou:*

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – **tomar conhecimento do requerimento formulado pelo Tenente Coronel MARCUS ROGÉRIO DE CASTRO PEREIRA DA SILVA (fl. 203) para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, deferindo o parcelamento do débito no percentual correspondente a 10% da remuneração do militar; II – determinar, com esteio no art. 215, parágrafo único, inciso I, do RI/TCDF, à Polícia Militar do Distrito Federal que: a) promova o desconto mensal na remuneração do Tenente Coronel MARCUS ROGÉRIO DE CASTRO PEREIRA DA SILVA do débito que lhe foi imputado pela Decisão nº 2.045/15 e do Acórdão nº 231/15 (R\$ 73.027,31, em 19.9.2016), que deverá ser atualizado na forma da ER nº 13/03 até a data da efetiva quitação; b) informe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, as medidas adotadas; III – dar ciência desta decisão ao requerente; IV – autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências cabíveis. (grifo nosso).***

4. *Tendo tomado conhecimento desta decisão pelos documentos de fls. 225 e 227, a PMDF, por meio do Ofício nº 1697/DPPP – Restituição ao Erário e anexos (fls. 228/229), informou a efetivação do desconto em folha de pagamento do referido militar. Há correção nas medidas adotadas, podendo a determinação do Tribunal ser considerada atendida.*

5. *Também, esta SECONT providenciou o envio da documentação pertinente à SEGECEX para “manter o registro e acompanhamento formal e o controle do recolhimento dos débitos e multas imputados pelo Tribunal”, na forma estabelecida na Portaria nº 76/1997 (art. 2º, I, g), com a redação dada pela Portaria nº 300/2011, conjugada com a Ordem de Serviço-CICE nº 2/2011 (fl. 230).”*

13. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal que:

“I. tome conhecimento dos documentos de fls. 228/230,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – s.8



considerando atendida a determinação relatada no item II da Decisão nº 1237/17;

II. autorize a devolução do Processo nº 054.001.062/11 à Polícia Militar do Distrito Federal, determinando-lhe que acompanhe os recolhimentos efetuados pelo militar beneficiário, decorrentes da Decisão nº 3996/16 e do Acórdão nº 543/16, os quais deverão ser comunicados ao Tribunal, por meio do demonstrativo previsto no art. 14 da Resolução n.º 102/98, nas contas anuais da PMDF;

III. autorize o retorno dos presentes autos à SECONT para fins de arquivamento.”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

14. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 531/17, de 11.7.2017, da lavra da Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA (fls. 234/236), aquiesce às sugestões da Unidade Instrutiva.

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – S.8



VOTO

15. Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada para apurar possíveis irregularidades decorrentes da percepção indevida de ajuda de custo e de indenização de transporte pagas ao Tenente Coronel MARCUS ROGÉRIO DE CASTRO PEREIRA DA SILVA para a participação no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, realizado na cidade de João Pessoa/PB, no período de 26.2 a 21.12.2007.

16. Concluídas as apurações devidas, foi imputado ao referido servidor militar o débito de R\$ 78.424,03 (atualizado em abril de 2017, fl. 227). Uma vez comprovados os descontos parcelados em folha de pagamento, não se vislumbram outras medidas a cargo desta Corte de Contas.

Desta forma, de acordo com os Pareceres, VOTO no sentido de que o Tribunal:

- I. tome conhecimento do expediente de fls. 228/229;
- II. determine à Controladoria-Geral do DF que:
 - a) acompanhe os descontos efetuados nos vencimentos do Tenente Coronel MARCUS ROGÉRIO DE CASTRO PEREIRA DA SILVA (beneficiário do pagamento indevido), referentes ao débito que lhe foi imputado nestes autos por meio da Decisão nº 2.045/15 e do Acórdão nº 231/15;
 - b) dê ciência ao Tribunal das medidas tomadas em atenção à alínea anterior por meio do demonstrativo previsto no art. 14 da Resolução nº 102/98;
- III. autorize o arquivamento dos autos e a devolução do apenso à origem.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2017.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator